

CORREIO DO VALE

Divulgação/Montagem



Deputado Pedro Paulo (esquerda) e Léo Santos (direita)

Lideranças do PSD comentam julgamento de royalties 'travado'

O deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) intensificou a defesa dos interesses do Rio de Janeiro diante da indefinição sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, tema que voltou ao centro do debate nacional após a suspensão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte analisa a constitucionalidade da Lei nº 12.734/2012, mas a análise foi interrompida no início de maio após pedido de vista do ministro Flávio Dino, mantendo em vigor a liminar que impede a nova divisão dos recursos. Os royalties do petróleo são uma compensação financeira paga pelas empresas exploradoras à União, estados e municípios pela exploração de um recurso natural não renovável.

Sobre a compensação e distribuição

Essa compensação busca reparar os impactos diretos da atividade petrolífera, como danos ambientais, pressão sobre a infraestrutura e efeitos socioeconômicos nas regiões produtoras. A Lei nº 12.734/2012, aprovada pelo Congresso Nacional, alterou os critérios de distribuição desses recursos, ampliando a participação de estados e municípios não produtores. No entanto, em 2013, a aplicação da norma foi suspensa por decisão liminar do STF.

Estéferson Faria/Governo do Estado do Rio de Janeiro



O petróleo foi o maior responsável por exportações do Rio

Políticos defendem modelo atual

Na prática, seguem valendo as regras antigas, que destinam a maior parte das receitas ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. A paralisação do julgamento prolonga um cenário de insegurança fiscal e alimenta tensões entre as unidades da federação. Enquanto parlamentares de estados não produtores pressionam pela retomada do julgamento e pela redistribuição dos recursos, representantes fluminenses intensificam a articulação para evitar mudanças. Entre eles, o deputado Pedro Paulo tem se destacado na defesa do modelo atual.

Perda de R\$ 21 bilhões aos cofres

Segundo o parlamentar, o Rio de Janeiro pode perder cerca de R\$ 21 bilhões por ano caso a nova divisão seja implementada. Ele alerta que o impacto atingiria diretamente o equilíbrio fiscal, comprometendo investimentos públicos, serviços essenciais e a capacidade de resposta do estado em áreas estratégicas. O tema ganha ainda mais relevância diante da situação fiscal fluminense.

DA
REDAÇÃO

Estabilidade

No cenário regional, a preocupação é crescente. Em Barra Mansa, o presidente do PSD, Leo Santos, acompanha a questão e reforça o alinhamento com a bancada do Rio de Janeiro. Segundo ele, a manutenção das regras atuais é essencial para preservar a estabilidade econômica e evitar reflexos no interior.

Reflexo no interior

As prefeituras fluminenses temem um efeito em cascata, com queda de arrecadação, redução de investimentos e impacto direto na prestação de serviços básicos. Em muitos casos, a situação já é considerada crítica, podendo se agravar com eventual mudança na distribuição dos royalties.

Impacto negativo

Entidades do setor produtivo também acompanham o tema com preocupação. A Fecomércio-RJ, por exemplo, também tem alertado para os riscos de uma redistribuição abrupta, destacando possíveis impactos negativos sobre a atividade econômica, o nível de emprego e a arrecadação.

Reflexo no país

O Rio de Janeiro, que concentra a segunda maior economia do país, exerce papel estratégico no cenário nacional, devido a forte presença dos setores de óleo e gás, indústrias e serviços. Por isso, na avaliação do partido, fica claro que se o estado do Rio vai mal, "o país também sente os efeitos", pontuaram.

Demanda

O vereador de Volta Redonda, Cacau da Padaria, destacou a conclusão da troca do poste da Light que estava em risco de queda na Estrada União, na Fazenda União. A ação foi feita após pedido da Associação de Moradores - justamente pelo risco aos moradores - e foi encaminhada pelo gabinete do vereador.

Fiscalização

"É assim que a gente trabalha: ouvindo a comunidade e resolvendo. Segurança em primeiro lugar! Continuo trabalhando e fiscalizando para que Volta Redonda tenha os serviços essenciais funcionando direito", pontuou o vereador ao lado do presidente da associação de moradores, Adilson, em vídeo publicado.



Secretária de Saúde de V. Redonda também esteve na reunião

Munir cobra leis e salários atrasados na Saúde

Deputado conheceu novo Secretário de Estado de Saúde

Da Redação

Para uma reunião com o novo secretário de Saúde, Dr. Ronaldo Damiano, o deputado estadual Munir Neto (SDD) esteve nesta terça-feira (19) na Secretaria de Estado de Saúde, acompanhado da secretária de Saúde de Volta Redonda, Márcia Cury. Durante o encontro, o parlamentar cobrou o cumprimento de importantes leis que ainda dependem de regulamentação por parte da secretaria, além dos salários ainda não pagos e indenizações trabalhistas pendentes dos profissionais do Hospital Regional.

"Essas leis precisam sair do papel, como o Hemóvel, um banco de sangue itinerante, e o Sorriso na 3ª Idade, que garante tratamento bucal gratuito para os residentes nas ILPIs. É lei. É direito deles. Precisa ser cumprido. Da mesma forma, os trabalhadores precisam receber o que têm direito", destacou Munir Neto.

Entre outras leis aprovadas de sua autoria e debatidas com o secretário estão a implantação do Programa Coluna Reta em todo o estado, o Estatuto dos Raros e o Programa Laudo Azul - um ônibus com uma equipe multidisciplinar apta a fornecer na hora o laudo para pessoas com Transtorno do Espectro Autista - além de outras medidas importantes para o fortalecimento da rede pública de saúde.

Outra unidade com atrasos

A situação do OncoBarra, em Barra Mansa, que enfrenta atrasos e limitações nos repasses do Governo do Estado, também foi destacada durante o encontro.

Vale lembrar que a unidade atende todo Sul Fluminense para tratamento de pacientes oncológicos. Com as limitações, a unidade enfrenta problemas para dar continuidade no serviços, como de cancerologia clínica e cirúrgica, hematologia, radioterapia convencional, conformada ou tridimensional e radiocirurgia, entre outros serviços especializados.

A secretária Márcia Cury apresentou demandas relacionadas ao fortalecimento da assistência em saúde na região Sul Fluminense, reforçando a necessidade de maior atenção do Estado aos municípios da região.

Casos serão analisados

Ao final do encontro, ficou definido que a equipe técnica da secretaria vai analisar os pontos apresentados e avaliar os caminhos necessários para avançar tanto na regulamentação das leis já aprovadas quanto nas demais solicitações apresentadas.

As subsecretária de Saúde de Volta Redonda Sheila Rodrigues Dias Filgueiras e Raquel Ravello também participaram da reunião.